

CENTRO AMAZÔNICO DE FORMAÇÃO INDÍGENA (CAFI). COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB)

Lucio Flores(*)

Os Povos Indígenas na Amazônia Brasileira e o tema da formação

Amazônia e os povos indígenas

A Amazônia é um vasto território de florestas tropicais que abrange grande parte da América do Sul, presente em 9 países que são: Suriname, Guianas Francesa e Inglesa, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Brasil. Nessa região estão os rios afluentes que compõem a Bacia com maior volume de água doce da terra; o Rio Amazonas, que nasce na Cordilheira dos Andes e corre para o Oceano Atlântico; durante seu percurso, recebe águas dos rios dos nove países e principalmente do Brasil, e que nascem não apenas nos biomas florestais, mas também nos biomas de cerrado e savanas.

Em toda a Bacia Amazônica vivem cerca de 270 povos indígenas, numa diversidade e riqueza cultural, histórica e de diferentes formas de contato e convivência com os não indígenas que vivem nos diferentes países. As formas de colonização deram diferentes estratégias de sobrevivência e de preservação cultural a esses povos: uma das estratégias dos últimos anos é a atuação política que vem sendo desenvolvida através das organizações indígenas em vários países, sendo organização regional a

(*) Assessor Técnico da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira); lucioterena@bol.com.br

Flores, Lucio (2009) Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI). Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). En Daniel Mato (coord.), *Instituciones Interculturales de Educación Superior en América Latina. Procesos de construcción, logros, innovaciones y desafíos*. Caracas: Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (UNESCO-IESALC), págs.: 103-122.

Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), com seu escritório central na cidade de Quito, no Equador, e a ela são filiadas as organizações nacionais presentes nos países membros.

No Brasil, o mapa geográfico subdivide o país em cinco regiões distintas: norte, sul, nordeste, sudeste e centro-oeste. A maior parte da bacia amazônica está na região norte; no entanto, há diversos rios que nascem em estados que estão geograficamente em outras regiões, daí se criou a chamada Amazônia Legal, composta por estados da região norte mais dois estados das outras regiões: Mato Grosso do centro-oeste e Maranhão do nordeste. Na Amazônia Legal vivem 160 povos indígenas em nove estados: Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

A Amazônia é por si mesma uma reserva mundial de biodiversidade e sociodiversidade; a presença indígena na Amazônia vem desde séculos anteriores à presença dos colonizadores europeus e muitos ajustes territoriais e culturais ocorreram nos últimos cinco séculos de colonização. A Amazônia se reveste de importância estratégica para o mundo exatamente por essa convivência permanente entre meio ambiente e ser humano. A riqueza da biodiversidade dessa região coloca o Brasil entre os Megadiversos, na Convenção da Diversidade Biológica, órgão ligado à ONU; isto se deve basicamente à presença indígena por milhares de anos nessa região. Os povos indígenas não são historicamente conservacionistas, mas são populações que fazem o manejo sustentável dos seus territórios, o que concretamente vem enriquecer a biodiversidade da região; a variedade, diversidade, melhoramento e junção de plantas e animais são resultado de séculos de experiências que visaram o bem-estar, a saúde e a segurança alimentar dessas populações.

O Estado Brasileiro e o movimento indígena na Amazônia

No Brasil as lutas dos povos indígenas por cidadania e direitos territoriais vêm desde a chegada dos europeus em 1500; no início foram as guerras, perseguições e mortes que acabaram dizimando muitos povos que habitaram principalmente as regiões do litoral brasileiro, onde os colonizadores aportaram inicialmente. A primeira Constituição brasileira, de 1824, ignorou completamente a existência dos povos indígenas, prevalecendo uma concepção da sociedade brasileira como sendo homogênea e, conseqüentemente, desconhecendo-se a diversidade étnica e cultural do país. O Ato Institucional de 1834 designava como sendo de competência das Assembleias das Províncias a tarefa de promover a catequese e de agrupar os índios em estabelecimentos coloniais, facilitando, com isso, a apropriação de suas terras. No início do século XX, um novo modelo de indigenismo nasceu no Brasil, sendo diferente das experiências anteriores nas quais os contatos foram feitos através de religiosos, como nas históricas Reduções, que concentravam os indígenas no sul do país. Nesse novo modelo, a iniciativa foi do Estado, onde o maior nome foi o Marechal Cândido Rondon, que entrou pelas regiões mais distantes do centro-oeste e norte, consolidando as fronteiras e fazendo contato com indígenas isolados, principalmente nas regiões fronteiriças. Dessas experiências vários povos se tornaram conhecidos e alguns territórios foram consoli-

dados e demarcados para utilização exclusiva por indígenas que neles habitavam. Através desse trabalho surgiu o órgão governamental Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, que depois, em 1957, tornou-se o atual órgão indigenista Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A Constituição de 1934 foi a primeira das Constituições brasileiras a tratar dos direitos dos povos indígenas; já nos anos 60 e 70 do século XX, os povos indígenas perderam consideravelmente seus territórios, seja pelo avanço das fronteiras agrícolas e pecuárias ou pelo desmatamento desordenado através de invasões para retirada de madeiras e outras riquezas naturais. Esse foi também o período da ditadura militar, onde não havia liberdade para questionamentos ou diálogos com os governos militares; apesar de reações isoladas, os povos indígenas não tiveram espaço político para se organizarem e discutirem seu próprio futuro, ao contrário, nos anos 70 havia o indicativo de que no ano 2000 não existiriam mais indígenas no Brasil.

Apesar do grande avanço alcançado pelos indígenas na Constituição de 1988, em algumas regiões não houve avanço por parte dos indígenas nas negociações com o Estado Brasileiro. Algumas experiências ocorreram principalmente na região norte, onde surgiram organizações locais para fazer a discussão política; alguns indígenas também que saíram das aldeias para estudarem nos grandes centros sofreram perseguições e não conseguiram apoiar as lutas nas comunidades.

Nesse cenário nasceu na cidade de Manaus no Estado do Amazonas, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Criada em uma reunião de líderes indígenas em abril de 1989, é hoje a maior organização indígena do Brasil, tem 75 organizações membros dos nove Estados da Amazônia Brasileira (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins); são associações locais, federações regionais, organizações de mulheres, professores e estudantes indígenas. Juntas, estas comunidades somam aproximadamente 430 mil pessoas, o que representa cerca de 60% da população indígena do Brasil.

A COIAB foi fundada para ser o instrumento de luta e de representação dos povos indígenas da Amazônia Legal Brasileira pelos seus direitos básicos: terra, saúde, educação, economia, sustentabilidade e interculturalidade. Representa 160 diferentes povos indígenas com características particulares, que ocupam 107 milhões de hectares no território amazônico. Atualmente a COIAB tem sede em Manaus e uma representação em Brasília (capital nacional) para articulação política e para dar apoio às organizações indígenas; tem, como instância máxima de deliberação, sua Assembleia Geral Ordinária que, a cada três anos, reúne lideranças representativas de 31 regiões dos nove Estados da Amazônia Legal Brasileira. Os representantes destas regiões constituem o Conselho Deliberativo e Fiscal (CONDEF), que é um órgão deliberativo da Coordenação Executiva da COIAB. A Coordenação Executiva é a instância de execução da COIAB, formada por um coordenador geral, um vice-coordenador, um coordenador secretário e um coordenador tesoureiro.

A missão principal da COIAB é fiscalizar, defender e promover os direitos dos povos indígenas. As iniciativas pela garantia dos territórios foram as primeiras ações e através de parcerias conseguiram demarcar 40 milhões de hectares nos últimos anos. A demarcação das terras indígenas na Amazônia não assegura sua integridade ou de suas populações; atualmente são 107 milhões de hectares de terras indígenas e na maioria essas terras sofrem várias formas de pressão e agressão porque nelas há um imenso potencial de recursos naturais, culturais e de biodiversidade. A ameaça vem não apenas de aventureiros e invasores, mas de projetos, inclusive governamentais dentro do discurso de crescimento econômico e do desenvolvimento nacional.

São históricos os grandes prejuízos ambientais e culturais de grandes obras de infraestrutura na Amazônia; as rodovias, ferrovias e portos trazem desde o início da construção um significativo contingente de trabalhadores que, na maioria das vezes, acaba se estabelecendo na região trazendo consigo o desmatamento, a poluição das águas, a agropecuária e os agrotóxicos. As usinas hidrelétricas implantadas, em implantação ou ainda em projetos trazem sérias ameaças aos povos indígenas da região porque vão afetar seu modo de vida e deverão provocar danos à sua alimentação tradicional uma vez que serão afetados os cursos dos rios, o ciclo de criação de peixes, as inundações de terras além de ameaças a povos isolados que vivem nessa região.

As primeiras experiências e a busca por um modelo próprio de formação

Desde o início da história do movimento indígena na Amazônia houve a preocupação de que as equipes internas das organizações ou associações fossem indígenas, bem como seus assessores e técnicos; isso ainda não está totalmente consolidado por dificuldades de encontrar indígenas com formação política e técnica em condições de apoiarem suas organizações.

Os apoiadores e parceiros sempre foram fundamentais para o amadurecimento do movimento indígena: foram setores governamentais, organizações não-governamentais (ONGs), igrejas e setores da sociedade civil organizada em geral. Esse apoio se originou nas dificuldades de se encontrar equipes técnicas próprias, para apoiar as diferentes demandas nas áreas administrativas, de gerenciamento dos recursos naturais, demandas técnicas e políticas. Somou-se a isso o pouco conhecimento das estruturas do Estado, com o qual as relações foram mais esporádicas nos anos anteriores.

Isso tudo levou o movimento indígena a trabalhar por longos anos na dependência de parceiros, que foram muito importantes nesse processo de afirmação e estruturação do movimento na Amazônia. Estas mesmas instituições de apoio, por outro lado, sempre tiveram a proposta de fazer os povos e organizações indígenas autônomos e preparados para caminhar por seus próprios meios, fortalecendo e consolidando o desejo de autonomia, especialmente com a capacitação das lideranças.

A partir da década de 1990 fortaleceram-se ainda outras formas de atuação do movimento indígena, como os convênios com o Estado, as parcerias internacionais e a participação nas discussões dos grandes temas que envolvem povos indígenas, trazendo novas demandas e desafios. Com a conquista de espaços políticos em diferentes frentes, a COIAB e o movimento indígena vêm se posicionando de forma cada vez mais qualificada diante de novos e inúmeros temas que vêm surgindo nos últimos anos.

Dentro de alguns temas já ocorreram avanços, como na área da saúde, onde a demanda legítima e emblemática é ter profissionais próprios como agentes, enfermeiros e médicos indígenas, o que já teve início em algumas regiões. Na área da educação, especialmente professores e diretores de escolas da própria comunidade já são observados em muitas regiões, embora essa não seja uma prática desenvolvida em todos os estados.

Esses avanços nas áreas de saúde e educação se deram principalmente por serem áreas muito visíveis e sofrerem maior cobrança, não somente de indígenas, mas da sociedade em geral e do próprio governo. Nas áreas com menor visibilidade, as dificuldades encontradas para implantar sistemas de formação são ainda maiores, principalmente se as demandas vêm das organizações indígenas, com as quais nem todos os governos locais abrem canais de diálogo. Uma conquista das lutas dos povos indígenas e de seus apoiadores foi a criação pelo governo federal do Grupo de Trabalho Interministerial para Gestão Ambiental nas terras indígenas; esse GT com número paritário de membros, indígenas e governo deu início às suas atividades no ano de 2009.

No campo do planejamento territorial, por ser uma área relativamente nova, não tem sido alvo de políticas públicas abrangentes ou consistentes, porém essa área tem importância fundamental para manutenção dos povos indígenas. De fato, historicamente, o movimento indígena nunca teve uma escola de formação específica, os grandes nomes que já atuaram ou ainda atuam, foram treinados em escolas com diferentes motivações, porém sempre através de agentes externos, ou então aprenderam na busca individual de conhecimentos, em instituições não indígenas.

Essa visão tem levado o movimento indígena a propor a formação dos seus jovens, com estrutura e cursos pensados e criados pelas próprias lideranças, para atender suas demandas, a partir das suas estratégias e formas diferenciadas de atuação. As crescentes demandas que chegam constantemente à COIAB, vindas das bases e também de outros setores da sociedade e de setores governamentais, reforçaram a urgência da criação de seu próprio centro de formação, com suas bases ideológicas e demandas próprias. Um centro de formação é o local para formar os profissionais capacitados para a atuação nas organizações indígenas através de cursos que proporcionem a qualidade técnica, juntamente com a formação política de líderes, cidadãos e militantes da causa indígena, política e etnicamente diferenciados.

Uma primeira experiência foi iniciada pela COIAB em 2003, quando quatro jovens de diferentes povos e regiões da Amazônia Brasileira foram enviados para a sede da COIAB em Manaus, para no período de um ano participar das ações diárias da instituição através do seu departamento etnoambiental. Essa experiência, apesar de informal, foi considerada um sucesso para todos os envolvidos e foi o primeiro passo para a implantação de um centro de formação próprio com um legítimo perfil do movimento indígena, sob controle e orientação direta da COIAB e das lideranças indígenas da Amazônia.

A criação do Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI) e a institucionalização de uma iniciativa indígena

Os modelos de educação e a criação de uma instituição própria

A história da educação no Brasil não é tão diferente das experiências vividas por povos indígenas de outros países que tiveram seus territórios conquistados por outros povos, sobretudo a situação específica da América Latina. Desde o início da colonização no ano de 1500, onde o Estado português vinha acompanhado pela igreja, os contatos iniciais com os indígenas que viviam no litoral brasileiro já indicavam a necessidade da catequização que trazia consigo algum processo educacional; as seguidas missões vindas ao Brasil mostraram essa tendência com a criação das reduções indígenas ou a criação das escolas de educação e catequização.

A visibilidade dos povos indígenas frente ao governo brasileiro ocorreu com mais interesse apenas durante as primeiras décadas do século XX através de atuações individuais de nomes como Cândido Rondon e na segunda metade do século através dos irmãos Vilas Boas ou Apoena Meireles onde o indigenismo oficial se mescla muito com o espírito de aventura dos chamados sertanistas que adentraram as florestas da Amazônia em busca de grupos indígenas desconhecidos.

As iniciativas de educação que ocorreram já em meados do século XX, não davam importância à diferença cultural ou lingüística desses povos; minha experiência direta nessa área foi a de freqüentar uma escola para indígenas onde a língua foi o português e os materiais didáticos trazidos das escolas não indígenas empregavam nomes totalmente estranhos como trem, bairro, prédio ou praça. Outra característica dessa educação foi o fato de ser assumida pelos governos ou por igrejas, com suas diferentes práticas confessionais; era a educação voltada para a catequização seguindo aquela linha de confessionalidade.

Nessa fase não era discutido um modelo de educação diferenciado, nem sequer eram ouvidos os indígenas sobre o modelo de educação que deveria ser implantado na sua comunidade. Fatores culturais importantes e fundamentais para a sobrevivência de vários povos foram totalmente ignorados; a própria educação tradicional indígena tem outros parâmetros, outros temas e outro calendário. Os rituais de iniciação fazem parte desse processo de educação, onde crianças ou jovens passam longos períodos de

aprendizado junto aos sábios e sábias da comunidade; nesse período o aprendizado não é profissionalizante, não é competitivo, não é excludente, ao contrário, promove a inserção do aprendiz na comunidade onde vive, e essa inserção se dá em todos os níveis.

Nos diferentes povos, o início da fase de educação também se diferencia na idade e uma característica comum nos diversos povos indígenas é que a infância é amplamente respeitada: significa que a criança deve apenas viver como criança, sem cobranças, sem compromissos e sem pressões sobre suas ações ou decisões. A liberdade é uma marca nessa primeira fase da vida e ao sair dela a fase seguinte de adolescência é longa e sem a legislação para dizer quem é maior ou menor de idade; nessa fase o adolescente pode inclusive casar, sem com isso tornar-se um adulto.

Não há um modelo de escola inteiramente voltada às práticas tradicionais dos povos indígenas, apesar de muitos avanços nessa área; ainda se trabalha com calendários importados, faixa etária de escolas não indígenas, bem como estrutura e conteúdos implantados via Estado.

Criar uma instância de formação dentro do movimento indígena na Amazônia significa romper com o estabelecido; é um ato de rebeldia no bom sentido, uma rebeldia que propõe diálogo, propõe um modelo diferenciado de ensino, um símbolo étnico e ideológico que tenta dar visibilidade ao invisível.

Princípios ideológicos que vão além do conhecimento técnico

No Brasil há grandes nomes dentro das comunidades indígenas; são os heróis dos tempos modernos, alguns já não fisicamente junto ao seu povo como o guarani Marçal Tupã'i ou o xavante Juruna, único deputado indígena já eleito no Brasil; outros estão atuantes quer seja por sua ação política ou por sua incontestável sabedoria como o caiapó Raony ou o yanomami Davi Kopenawa. Essas personalidades marcantes na história indígena do Brasil não passaram pelas universidades ou por um ensino formal mais aprofundado, alguns até aprenderam a ler as primeiras letras aos pés dos missionários ou nas precárias escolas, nas suas próprias comunidades. O surgimento do CAFI em Manaus é uma excelente oportunidade de unir esse potencial cultural e tradicional que cada aluno traz das suas comunidades para, dentro de um mesmo espaço, colocar a serviço dos povos amazônicos.

Na fase inicial de estudos no CAFI, os alunos estudam a cultura e a identidade indígena; é um período de mergulho na sua própria história, orientados por grandes líderes indígenas que fazem uma reflexão conjunta sobre essa história informal, que não está nos livros da história brasileira ou nos documentários nacionais; aliás, é uma história desconhecida do grande público, mas muito viva no cotidiano indígena. Dessa etapa importante da formação do CAFI renasce o indígena guerreiro que está adormecido dentro da atual juventude indígena; comprometido com sua história, com as lutas do seu povo.

Os processos de formação que são levados às comunidades indígenas ou para onde os jovens vão estudar fora das suas comunidades trazem grandes preocupações para as lideranças que fazem a luta junto ao seu povo. Os processos dinâmicos da cultura junto com a educação formal trazem mudanças profundas na história dos povos indígenas; um fato concreto é que na maioria das escolas indígenas é oferecido apenas o chamado ensino fundamental, atualmente são 9 anos e a partir desse nível, se o jovem indígena quer ir além, quer cursar o ensino médio, é necessário sair da sua comunidade. Esse é um dos maiores desafios, uma vez que não há programas oficiais de apoio a esses alunos para o período de 4 anos fora das aldeias; a decisão de sair é um ato pessoal ou familiar que implica em viver numa grande cidade, no subemprego ou nos trabalhos domésticos e informais: Moradia, alimentação e lazer estão aquém dos padrões mínimos ou da vida nas aldeias. Somente após esse período o aluno indígena pode estar habilitado a concorrer a uma vaga numa universidade, onde continua seu drama, primeiro para adentrar a universidade, onde sua base educacional nem sempre é suficiente para concorrer com os jovens das cidades, que estudaram em bons colégios e com condições dignas de vida. Na possibilidade de entrar na universidade o jovem indígena precisa se manter na cidade, certamente dando muito do seu tempo aos estudos, o que vai impedir de exercer um trabalho que exige muito tempo, mas necessário para sua sobrevivência.

Muitos dos líderes indígenas da atualidade passaram por todo esse processo e hoje atuam com muito sucesso junto às suas comunidades e organizações; é necessário, no entanto, reconhecer que tantos outros conseguiram vencer todas essas barreiras e, no entanto, não retornaram às suas bases, não por abandono do seu povo, mas por passarem por instituições que não estavam preparadas para reconhecerem seus valores culturais e sua diferença, ao contrário, deram a formação que gera a competição, a ambição, o consumismo, a ideologia sufocante do desenvolvimento e crescimento a qualquer custo.

A proposta de oferecer no CAFI um nível técnico compatível com os desafios indígenas na Amazônia continua sendo a meta das lideranças indígenas, o que se agrega a essa formação é a visão das lutas políticas que se travam na defesa dos direitos indígenas. A formação oferecida no CAFI não se encontra em nenhuma outra instituição brasileira; ela é única e o cotidiano comprova essa prática: Sendo uma instituição que recebe jovens de todos os estados da Amazônia Brasileira certamente são experiências e culturas diferentes que se encontram e se somam. Ao chegarem, os alunos já vêm de diferentes experiências de formação e, inicialmente, o CAFI faz o chamado «seminário de inserção» onde se ouve cada um, sobre suas experiências anteriores, suas expectativas, seu futuro, enfim seu perfil; nos meses seguintes é visível o compromisso já assumido de lutas junto às suas comunidades e organizações, os discursos dos alunos por ocasião da sua formatura reforçam esse comprometimento. No mês de fevereiro de 2009 houve uma avaliação institucional do CAFI para a qual vieram vários ex-alunos que em determinado momento da avaliação participaram de uma mesa para relatar suas experiências. Foi uma experiência compensadora ouvir esses relatos de como estão atuando, mesmo com as limitações estruturais e de comunicação das suas comunidades, seus discursos foram claros, coerentes e de demonstração de como fazem a diferença junto ao seu povo.

O CAFI e o Estado Brasileiro

Apesar de o CAFI ter saído da semente e se tornado uma árvore com raízes em toda a Amazônia, seu reconhecimento frente aos órgãos governamentais ainda não está consolidado; uma consultoria foi feita para buscar esse reconhecimento, mas ainda não obteve sucesso. O CAFI está localizado em uma área urbana na cidade de Manaus, onde os trâmites burocráticos são muito complexos, sobretudo para as organizações indígenas que nem sempre atendem todos os requisitos urbanos. A sede do CAFI já recebeu uma visita informal do Conselho Estadual de Educação, que sugeriu algumas alterações estruturais para atenderem os requisitos do Ministério da Educação; essas reformas já foram executadas e a estrutura atual já está habilitada para atender essas exigências.

As ações da consultoria para a tentativa de regularização do CAFI chegaram às seguintes constatações e recomendações:

Cursos oferecidos no CAFI sequer fazem parte dos conceitos do MEC, como o de gestão etnoambiental que apesar de ter uma ampla bibliografia, sua utilização ainda não é pacífica entre os estudiosos das ciências sociais e dos povos indígenas. Essa questão pode ser uma limitação para o seu reconhecimento perante os órgãos públicos.

Por outro lado, o movimento indígena tem razão ao buscar fazer valer a legislação educacional que determina o ensino diferenciado para os povos indígenas. Merece destaque a Convenção 169 da OIT, que determina que a educação dos povos indígenas seja de acordo com suas instituições, observando-se minimamente a legislação do país. A Convenção 169 não só reconhece a necessidade de um ensino específico para os povos indígenas, como também determina ao poder público apoiar suas escolas, conforme o artigo 22 de Convenção 169:

Art. 22. [...] 2) Quando os programas de formação profissional de aplicação geral existentes não respondam às necessidades especiais dos povos interessados, os governos deverão assegurar a participação dos referidos povos, que se coloquem à sua disposição programas e meios especiais de formação.
3) Estes programas especiais de formação deverão basear-se no entorno econômico, nas condições sociais e culturais e nas necessidades concretas dos povos interessados. Todo estudo a esse respeito deverá realizar-se em cooperação com esses povos, os quais deverão ser consultados sobre a organização e o funcionamento de tais programas. Quando for possível, esses povos deverão assumir progressivamente a responsabilidade da organização e o funcionamento de tais programas especiais de formação, se assim o decidirem. (Convenção 169 da OIT, 1989)

Portanto, a iniciativa de criar um curso de gestão etnoambiental para atender as demandas dos povos indígenas no que se refere à gestão de suas terras e do meio ambiente com base em sua cultura e conhecimentos científicos está fundamentada na Convenção 169. Não existe no país nenhuma instituição que ofereça um curso como

este que vem sendo desenhado pela COIAB. A formalização do CAFI poderá servir como exemplo para a criação de outros cursos no país.

Nesse processo foram consultados o Conselho Estadual de Educação do Estado do Amazonas, Receita Federal, a Prefeitura de Manaus, a Secretaria de Fazenda do Estado, a Secretaria Municipal de Saúde, o Corpo de Bombeiros, o Instituto Municipal de Planejamento Urbano e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA – AM). A instância governamental competente para o registro do CAFI é o Conselho Estadual de Educação do Estado do Amazonas. Uma vez formalizado o CAFI junto ao Conselho Estadual de Educação do Estado do Amazonas, este terá seu funcionamento no Estado do Amazonas e seu diploma terá validade em todo o país, mas, para oferecer cursos em outros Estados, será necessário passar pelo processo de autorização e reconhecimento junto aos respectivos conselhos estaduais de educação.

O CAFI iniciou suas atividades em agosto de 2006 e oferece dois cursos alternadamente: Gestão Etnoambiental e Gestão de Projetos; já foram formados 64 líderes indígenas e com os 20 alunos que estão atualmente no curso de Gestão Etnoambiental serão 84, sendo 36 mulheres e 48 homens. Os professores que atuam diretamente são entre 14 e 17, dependendo do curso que está sendo oferecido.

As dificuldades e os avanços do CAFI na Amazônia Brasileira

A busca pelo melhor modelo de formação

A formação mais adequada para os povos indígenas da Amazônia brasileira ainda está sendo buscada com muita determinação pelas lideranças indígenas, organizações e seus parceiros. Uma relação muito próxima e de grande confiança está estabelecida entre os povos indígenas e seus apoiadores, seja no campo financeiro como no campo técnico; essa relação precisa ser mantida e aprimorada para que se obtenha sucesso não somente nessa fase de consolidação do CAFI, mas também numa fase posterior de crescimento e atuação permanente. Essa relação passa também por um amadurecimento de todas as partes envolvidas; de um lado está o apoio técnico através das diversas parcerias criadas, que certamente têm grande interesse no sucesso da iniciativa e, do lado dos povos indígenas, está a preocupação com os interesses externos, com a perda da autonomia, com interferências nas questões políticas. Esses fatores certamente não estão ligados a fatos recentes, mas a acontecimentos históricos onde várias situações semelhantes foram criadas e as atuais lideranças querem evitar novos fatos; os limites e competências dessas parcerias são certamente oportunidades de aprofundar o nível de relação entre os envolvidos.

Outro fator de grande peso nesse processo é a própria diversidade dos povos indígenas amazônicos; sendo a COIAB composta por 31 regiões que estão presentes nos nove estados da Amazônia, é natural que as leituras contextuais e estratégias de enfrentamento sejam muitas e distintas. Atender aos diferentes interesses de povos e

organizações é um processo que se segue, no entendimento de que um consenso básico tem sido criado e os alunos, ao concluírem os estudos no CAFI, terão amplas condições de atuarem nas suas respectivas regiões com sucesso e poderão dar relevante apoio às suas bases, atendendo satisfatoriamente as expectativas depositadas neles.

Há de se considerar ainda que os povos indígenas são envolvidos em problemas regionais específicos, dependendo de situações locais no âmbito social, político e econômico onde se encontram. Dessa forma o que se requer de um aluno do CAFI pode ir além de conhecimentos básicos de temas e estratégias para suas lutas a nível regional; assim, a formação é um processo inicial em aperfeiçoamento, na certeza de que a dinâmica da história indígena e indigenista vai trazer sempre novos desafios e exigir atualizações e redirecionamento no programa de formação. O CAFI, a COIAB e as lideranças indígenas da Amazônia, juntamente com seus parceiros têm a certeza de que é necessária uma busca constante por uma formação que atenda os anseios e demandas indígenas; ao mesmo tempo, essas instituições estão abertas e dialogando sobre as possibilidades de melhoria nas suas ações.

A experiência do Trabalho de Campo e o estágio nas comunidades

A primeira experiência que já pode ser percebida durante o período de estudos é o trabalho de campo, no qual pela primeira vez o aluno sai da sala de aula e vai para uma atividade concreta levando consigo as ferramentas adquiridas durante o curso. Uma ferramenta que permita uma avaliação mais correta da eficiência da formação oferecida no CAFI é um desafio enfrentado desde a sua criação; as situações enfrentadas pelos alunos ao retornarem para suas regiões de origem são as mais diversas possíveis. As organizações indígenas que formam a base da COIAB estão agrupadas em 31 regiões; algumas têm seus escritórios nas capitais dos estados ou nas cidades maiores, onde a comunicação não é tão difícil, ao menos há telefones e alguma estrutura, outras organizações ou associações que enviam seus jovens ao CAFI estão em cidades mais distantes ou mesmo nas comunidades indígenas onde ir à cidade, ter acesso ao telefone ou à internet é uma atividade que pode ocorrer uma vez por mês.

Durante o curso, os alunos têm atividades práticas onde já foram feitas duas experiências diferentes: uma das experiências foi um período de estágio de dez dias em locais diferentes na Amazônia, com acompanhamento de professores, cujas atividades foram conhecer projetos ou ações de gestão territorial e ambiental sendo implantados. Essa experiência permitiu um contato direto com atividades concretas e análise pelos alunos das dificuldades e avanços na implementação dos projetos; permitiu ainda o intercâmbio entre povos e a construção de relatórios e apresentações que foram feitas no retorno ao CAFI. Uma das equipes que viajou para o interior do Estado do Amazonas para visitar a Reserva Ecológica de Mamirauá, situada entre os rios Solimões e Japurá, que é uma iniciativa diferenciada por ser uma reserva ecológica junto com área indígena, cuja gestão e manejo são compartilhados; dentre as atividades algumas foram assim definidas:

- 1) Situação política da reserva:
 - a) Como se institui uma Unidade de Conservação;
 - b) Como funcionam e se constituem as instâncias de discussão de conselhos deliberativos ou consultivos;
 - c) As tomadas de decisão sobre as atividades dentro da UC;
 - d) O papel do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), FUNAI e outros órgãos (prefeitura, governo estadual, federal).

- 2) A situação social na reserva:
 - a) Estrutura social existente;
 - b) A atuação de instituições: Igreja, associações, etc;
 - c) A questão da juventude: drogas, álcool, educação, saúde, geração de renda, perspectivas, lazer, festas tradicionais, etc.

- 3) A questão ambiental:
 - a) Técnicas de manejo dos recursos de fauna e flora;
 - b) Pesquisas realizadas (em andamento e previstas);
 - c) Biopirataria; espécies de fauna e flora;
 - d) Saneamento, água, lixo, etc;
 - e) A questão da sobreposição com terras indígenas.

Dessa atividade dos alunos foi produzido e apresentado um relatório, assim como outros grupos que visitaram outras experiências.

Outra atividade já desenvolvida na fase de ações práticas foi o estágio supervisionado feito durante dois meses nas próprias organizações de base e comunidades de onde vieram os alunos. Essa atividade ocorreu com uma turma de gestão de projetos e teve como objetivo um diálogo com sua comunidade, lideranças e outros atores no sentido de realizar um diagnóstico participativo e identificar demandas para a formulação de projetos de sustentabilidade e gestão ambiental para seus territórios. A dificuldade encontrada nessa atividade foi o elevado custo de deslocamento para as bases e para o retorno e finalização do curso em Manaus; também as grandes distâncias e dificuldades de transporte não permitiram que todos os alunos recebessem visitas de

professores e técnicos do CAFI durante o estágio, isso evidenciou a dificuldade que alguns alunos tiveram para a execução das atividades previstas. No entanto, o retorno ao CAFI e as atividades de conclusão do curso foram importantes para uma melhor compreensão desse modelo de estágio. O aperfeiçoamento das diferentes propostas de estágio é um desafio a ser enfrentado para as próximas turmas, onde os melhores métodos deverão ser implementados e também a busca de melhores resultados para esse período importante da formação no CAFI.

A determinação e a busca pelo sucesso

Criar um programa de formação indígena requer um olhar no passado, uma compreensão do contexto atual e, sobretudo uma profunda reflexão em relação ao futuro. As comunidades indígenas nem sempre estiveram tão preocupadas com grandes planejamentos futuros, ao contrário, essas são preocupações de não indígenas, os povos indígenas dessa região são marcados por suas práticas nômades, onde o abandono das aldeias foram constantes para construir novas aldeias, fazer novas roças, buscar lugares com mais caça e pesca e com isso fazer um manejo sustentável da floresta. Essa é uma diferença marcante entre os povos amazônicos e outras populações indígenas no mundo; aqui não há construções sólidas, não há templos, palácios ou outros sinais de permanência por longos períodos num mesmo lugar.

Planejar a médio e longo prazo é uma exigência dos novos tempos, do envolvimento com a sociedade nacional, é receber a influência da cultura consumista e do insaciável apetite do mercado; os povos indígenas nunca acumularam bens, a natureza sempre foi generosa e deu o suficiente a seu tempo. Na recente reunião das lideranças indígenas da Amazônia foi evidenciada a necessidade de planejamento para as organizações e para as ações, principalmente nessa fase onde o movimento indígena está sendo muito procurado por agentes do comércio de mercado de carbono; são propostas fora das realidades indígenas, são contratos que valem milhões de dólares e durante períodos de 50 ou 60 anos. As lideranças não vão entrar nessa fase nova do comércio mundial, ao contrário, vão buscar muitas informações, vão buscar novos conhecimentos e assessorias técnicas dos seus parceiros, até que tenham muita clareza sobre o tema.

O CAFI é uma instituição fundamental nesse processo, aqui serão capacitados jovens que deverão atuar diretamente nesses temas, a conquista desse novo espaço é a conquista dos povos indígenas amazônicos; não há, no momento, indígenas preparados para discutir o tema, também não há muitos entre não indígenas ou nos governos, até porque é um tema novo a nível mundial. O Conselho Deliberativo e Fiscal da COIAB (CONDEF), na sua reunião recente definiu por ações mais abrangentes por parte do CAFI; dentre essas atividades a serem desenvolvidas estão os planejamentos de médio e longo prazo para suas comunidades, no que se refere à gestão territorial e formas inovadoras de sustentabilidade.

A capacitação para atuação no orçamento público da União

As organizações indígenas e as instituições de ensino particulares têm grandes custos financeiros para se manterem em funcionamento; os recursos públicos são alcançados após longas negociações e um tempo longo de funcionamento. O governo brasileiro tem seu montante geral de recursos, como todos os governos e faz sua distribuição entre os tantos ministérios, fundações, autarquias e entre os muitos projetos que fazem parte do seu plano de governo. No Brasil são vários planejamentos como o Plano Plurianual e Projeto de Lei Orçamentária; a sociedade como um todo não acompanha o planejamento e a distribuição dos recursos públicos, apesar de haver a disponibilidade das informações no sites oficiais, não há, por parte dos cidadãos, um maior acompanhamento ou um controle social mais rigoroso das ações e gastos governamentais.

O CAFI iniciou esse processo desde que começou suas atividades, os alunos fazem um exercício novo e muito complexo, que é o acompanhamento ordenado e sistematizado da distribuição do Orçamento Público da União; são muitas tabelas, cálculos, números, destinos e em várias ações estão valores destinados aos povos indígenas. Os professores dessa área do CAFI constataram que, em anos anteriores, esses recursos não foram utilizados ou foram utilizados apenas parcialmente por não serem acessados ou por total desconhecimento da existência desses fundos. O importante também foi descobrir que esses recursos são destinados à sustentabilidade das comunidades e principalmente à questão territorial e ambiental.

Com essas informações e conhecendo os processos, uma das turmas já fez um exercício prático nesse orçamento fazendo as chamadas emendas parlamentares; cada parlamentar, Deputado Federal ou Senador tem uma cota de emendas que pode apresentar ao orçamento anual e assim destinar os recursos públicos para as ações previstas nas emendas. O trabalho foi não apenas apresentar essas emendas na construção do orçamento público, mas também conversar com os parlamentares dos estados para que as emendas fossem apresentadas por eles. Isso foi um trabalho longo que teve inclusive uma comissão de alunos que viajou para Brasília, visitou o Congresso Nacional e fez um diálogo com os parlamentares dos seus respectivos estados.

Das emendas apresentadas pelos alunos do CAFI, quatro foram aprovadas, a maioria na área da gestão ambiental, mas também para outras ações nas comunidades de onde eles vieram; essa experiência, além do valor financeiro destinado diretamente às comunidades indígenas, foi de alto impacto com repercussões em diferentes níveis por ser a primeira vez que ocorre através de atividade concreta vivida por um grupo de estudantes indígenas; também foi um exercício prático de cidadania e que pode ser aplicado às comunidades e organizações com excelentes resultados.

A questão de gênero

Dentre os resultados positivos que o CAFI tem alcançado desde o início das suas atividades está a questão de gênero; na prática esse tema vai além de definir espaços a serem ocupados por mulheres. Nas aldeias, as jovens se casam muito cedo,

nem sempre conseguem concluir sequer o ensino fundamental e têm mais dificuldades para saírem das suas comunidades a fim de realizarem estudos mais aprofundados; esta também é uma discussão nova em se tratando de povos indígenas. Dos muitos processos culturais encontrados entre os povos indígenas, alguns são tratados com o devido cuidado porque são marcas históricas de harmonia e convivência grupal e nem sempre são discutidas, questionadas ou modificadas. Numa visita a uma aldeia, as mulheres indígenas estavam mostrando aos visitantes os muitos espaços de convivência ali existentes; mostraram a casa dos homens, onde as mulheres não entram: as mulheres não indígenas de imediato questionaram: «Isso é machismo, vocês não podem permitir essa casa no centro da aldeia!» As indígenas responderam: «Na sua cidade, o que fazem os homens quando estão irritados ou aborrecidos?» A resposta foi: «Discutem, falam mal, saem de casa». As indígenas responderam: «Aqui eles vêm para essa casa, conversam, relaxam e voltam calmos para suas casas.»

O que parece problema nas cidades pode ser solução nas aldeias; isso leva a refletir sobre a questão de gênero: Havendo poucas oportunidades de estudos para mulheres indígenas e no CAFI um pré-requisito é ter o ensino médio, as mulheres indígenas têm limitações, isto é, na idade de irem aos estudos já são esposas, mães, donas de casa, o que dificulta os estudos. O CAFI desde o início, com as primeiras seleções, deu grande importância à presença da mulher indígena nos seus cursos; nas primeiras turmas cerca de 30% dos alunos eram mulheres e nas duas últimas turmas essa participação foi de 50%.

Esse avanço não se dá apenas na presença paritária na sala de aula, mas reflete uma nova realidade nas aldeias; um exemplo recente foi constatar que uma ex-aluna do CAFI estava reunida com as lideranças da sua aldeia, dirigindo e orientando os participantes: caciques, professores e líderes diversos. Ela se tornou uma referência para o grupo porque, segundo eles, ela é «muito politizada».

Também deve ser ressaltada a mulher indígena em papéis estratégicos que ela desenvolve na sua comunidade, sobretudo na área da saúde e alimentação, além da educação que traz toda a sensibilidade com as questões ambientais; um líder indígena afirmou: Nós existimos nelas. Diante dessa presença fundamental da mulher na condução dos destinos do seu povo, o CAFI entende também ser estratégico colocar nessas mãos o saber político e técnico, o que já vem dando bons resultados.

O CAFI e as relações internas e externas no processo de formação

A participação das lideranças indígenas nos processos de formação do CAFI

A grande área geográfica que compõe a Amazônia abriga também uma vasta diversidade cultural, ambiental e social. É, portanto, compreensível que a população beneficiada tenha também grandes diferenças. Uma formação capaz de atender, de

forma satisfatória as comunidades indígenas presentes em cada região dos nove estados da Amazônia Legal é um desafio a ser enfrentado por equipes especializadas e com grande conhecimento de cada caso.

Fatores como a dimensão territorial, a língua de cada povo, o tempo de contato com não indígenas, a proximidade com cidades e das políticas educacionais aplicadas nos estados onde cada um dos alunos teve na fase inicial da vida uma língua diferente, tendo em comum o português, mas já como segunda língua. O conceito de Amazônia como é conhecido, também não é aglutinador nessa tarefa de construir uma proposta para um curso capaz de atender as demandas de cada povo. Quando se pensa em Amazônia, a primeira cena é a da floresta verde, cortada por rios sinuosos, sendo esses os grandes e únicos caminhos que servem às populações locais; porém, os ecossistemas presentes na Amazônia são também diferentes como cerrados, pantanal, vegetação de transição, florestas de altitude e outras, o que indica que nem todos os alunos se sentem «*povos da floresta*» propriamente dito. O fator que unifica, além de aspectos históricos de contato com a sociedade envolvente, é pertencer ao grande bioma Amazônia e viver às margens de rios que correm para o grande Rio Amazonas.

Para atender a uma população tão diversa, o curso deve ir além do geográfico e da compreensão técnica: Cada povo indígena tem sua história e construção cosmológica, a partir da sua compreensão mística, formulada desde os mitos ancestrais em profunda relação de convivência com o meio ambiente. Isso implica que sua formação étnica tem como essência os valores místicos assimilados através da história oral, dos cantos ou rituais, que formam a base da construção individual e coletiva de cada aluno. Fazer uma leitura, ao menos aproximada desses valores presentes em cada um individualmente, é um trabalho conjunto de todos os envolvidos no curso e muito especialmente daqueles que tem convivência diária com os alunos, como os professores e equipes de apoio. O sucesso da instituição estará ainda na capacidade de promover o respeito por todas as diferenças entre os próprios alunos e dos que convivem com todos no cotidiano.

Nessa tarefa de construir uma experiência inovadora de formação, estão envolvidos muitos outros atores e não somente os que convivem no dia-a-dia no CAFI; muitos dos jovens que vêm a Manaus para a permanência durante esse longo período, nunca saíram das suas comunidades e isso torna essa experiência muito difícil nos primeiros dias, alguns jovens manifestam o desejo de desistir de tudo para voltar para suas casas. Numa das visitas na casa dos estudantes homens, quando foi perguntado se tudo estava bem, eles responderam: «Agora sim». A pergunta seguinte foi: «Antes não estava?» A resposta foi: «Não, mas nós choramos juntos e agora está tudo bem». Nessa fase extraclasse se torna fundamental a presença de líderes com experiência e vivência nas lutas junto ao seu povo e com maturidade para apoiar esses jovens.

A COIAB trabalha em consonância com os anseios das lideranças indígenas que estão nas organizações de base; essa é uma orientação dada ao CAFI de que, quem sabe, a demanda e as necessidades das bases são aqueles que ali convivem. Dessa forma, o currículo escolar que orienta as disciplinas a serem oferecidas no CAFI é resultado de muitas consultas, reuniões e diálogo com as lideranças locais.

As relações entre parceiros, apoiadores, professores e o movimento indígena

A primeira fase da construção do projeto CAFI foi através da continuidade de uma cooperação iniciada em 2003, entre a COIAB e a The Nature Conservancy (TNC); essa cooperação já havia proporcionado a vinda dos primeiros 4 jovens para uma capacitação dentro da COIAB durante um ano. No início de 2006 houve um acordo mútuo que permitiria uma capacitação mais planejada e a TNC buscaria o apoio financeiro para o início das atividades; o processo se deu de forma rápida, foi contratado um consultor que pudesse reunir toda a documentação necessária e já acumulada sobre o tema da formação dentro do movimento indígena amazônico, fazer um diálogo com vários líderes indígenas, com os coordenadores e técnicos da COIAB, além de técnicos e parceiros não indígenas. Uma definição muito clara desde o contrato foi a autonomia dos povos indígenas na construção curricular e ideológica da proposta como um todo e dos cursos que seriam oferecidos; tudo deveria ser construído a partir do pensamento indígena, visando atender suas demandas específicas.

Essa foi uma experiência de aprendizado ao movimento indígena e, ao mesmo tempo, foi um aprendizado às organizações parceiras, no exercício de uma prática inovadora para as relações entre organizações de apoio e as organizações indígenas.

No quadro de professores, a preferência foi por indígenas e, não havendo especialistas em algumas áreas, foram contratados professores não indígenas, no entanto com um histórico de atividades junto a povos indígenas. Um fato que persiste é que ainda não há setores governamentais envolvidos diretamente no CAFI, a presença desses agentes é ainda muito discreta, bem como seu apoio pedagógico ou logístico; o contrato entre TNC e COIAB prevê a transferência total do CAFI para a COIAB, parte desse processo já está consolidada e outra parte deve ocorrer durante o ano de 2009. No entendimento do movimento indígena o discurso da autonomia dos povos indígenas, anunciado historicamente por seus apoiadores, começa a ser posto em prática.

O CAFI e o saber tecnológico

Os territórios indígenas da Amazônia, que somam 98% de todas as terras indígenas do Brasil, representam também mais de 21% de toda a Amazônia Brasileira. Esse grande potencial sob a responsabilidade dos povos indígenas sofre pressões de várias formas: são os desmatamentos, a redução da fauna, a poluição dos rios, a perda da biodiversidade, o aumento populacional dentro de uma área delimitada e a concreta ameaça à sobrevivência das populações indígenas. A possibilidade desse potencial sair do controle indígena, seus históricos defensores representaria sérias ameaças de desequilíbrio ambiental e climático. Assim, o controle e boa gerência das terras indígenas pelos próprios povos indígenas é importante não apenas para a sobrevivência física e cultural destes povos, mas da humanidade como um todo.

Desde os líderes ancestrais, cada povo indígena soube conviver muito bem com a natureza, respeitando, administrando e também sacralizando esses espaços de

convivência; no entanto, muitas pressões ambientais que recaem sobre as terras indígenas hoje exigem a utilização de novos conhecimentos e técnicas além daquelas que já são bem conhecidas pelas comunidades indígenas. Mecanismos políticos, cartografia moderna e a utilização de recursos tecnológicos são alguns dos exemplos das novas demandas de conhecimentos necessários para uma atuação eficiente no atual contexto. São técnicas que estão nos laboratórios, nos instrumentos ou nos satélites, que estão além da nossa visibilidade e que ajudam a trabalhar com este novo contexto territorial. Esse conhecimento o indígena quer adquirir, não para abandonar seus conhecimentos tradicionais, mas para somar, de forma que seja potencializada sua capacidade de tratar a natureza. A busca por este tipo de conhecimento faz parte da luta do Movimento Indígena, que por não reconhecer nela uma prioridade do Estado, entende que não virá facilmente como política pública, mas sim como resultado de esforço conjunto das organizações indígenas e seus parceiros.

Uma possibilidade de aquisição deste conhecimento seria o ingresso de indígenas nas universidades, em cursos regulares: Essa via, de reconhecida importância, tem sido discutida e faz parte da luta indígena; já são muitas as vagas oferecidas aos indígenas, porém, os questionamentos também existem e um deles é de que abrir as portas da universidade não atende a todas as demandas dos povos, é necessário oferecer mais. São condições mínimas de nivelamento para que o aluno indígena consiga acompanhar a linguagem e o pensamento subjetivo, presentes nos cursos superiores. Também é necessário garantir a permanência do aluno indígena nos grandes centros urbanos; moradia, transporte, alimentação, recreação e condições dignas para a dedicação exclusiva aos estudos.

Além disso, os povos indígenas entendem que a questão da capacitação significa, além de oferecer condições de formação de profissionais qualificados, principalmente responder a pergunta: *Para atuar onde?* Não é interesse das comunidades indígenas ou da COIAB, preparar seus jovens para atuarem nas indústrias das grandes cidades, no agronegócio ou nos diversos níveis de governo, mas sim para atuarem na gestão e defesa dos seus territórios e bem estar das suas comunidades.

- 1) Indicação das formas de acompanhamento necessárias e demandas posteriores até o reconhecimento final do CAFI enquanto entidade de ensino.
- 2) Encaminhamento dos processos junto aos órgãos governamentais competentes para o reconhecimento do CAFI como instituição de ensino técnico.
- 3) Elaboração de manual de políticas e procedimentos para funcionamento do CAFI cumprindo padrões mínimos de legislação de direito do consumidor.

Recomendações

As recomendações são para buscar autonomia financeira e sustentabilidade técnica para instituições que, como o CAFI atendem a públicos e demandas específicas na área de formação.

- a) Condições específicas que atendam demandas de minorias no que se refere aos trâmites burocráticos na busca pela regularização das instituições e dos cursos oferecidos.
- b) Suporte financeiro através de recursos públicos destinados à manutenção das instituições.
- c) Suporte financeiro para manutenção de quadros de professores e logística de deslocamento e manutenção de alunos no período dos cursos quando permanecem fora das suas comunidades.
- d) Apoio logístico e financeiro para a construção da sede própria do CAFI em Manaus.
- e) Apoio na construção de laboratórios de informática nos estados para trabalho de monitoramento e vigilância territorial das áreas indígenas da Amazônia.
- f) Apoio na discussão e implantação de novos cursos demandados pelos povos indígenas da Amazônia.